



**ETEC ORLANDO QUAGLIATO**  
**Técnico em Enfermagem**

**Driele Justino Neto**

**Laiana Cristina de Paula**

**Larissa AP. Bertolo Ferreira**

**Meriele Cristina dos Reis Silva**

**Raquel Gonçalves de Matos**

**ENFERMAGEM NA SAÚDE MENTAL E NA PSIQUIATRIA:**  
**Crianças e Adolescentes**

**Santa Cruz do Rio Pardo - SP**

**2024**

**Driele Justino Neto**  
**Laiana Cristina de Paula**  
**Larissa AP. Bertolo Ferreira**  
**Meriele Cristina dos Reis Silva**  
**Raquel Gonçalves de Matos**

**ENFERMAGEM SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA:  
Crianças e Adolescentes**

Trabalho apresentado à Escola Técnica Estadual de/a Santa Cruz do Rio Pardo como requisito para obtenção do título de Técnico em Enfermagem sob orientação do(a) Prof/a: Ma. Ana Paula Morguetti Camargo.

**Santa Cruz do Rio Pardo – SP  
2024**

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, sem Ele não teríamos capacidade para desenvolver este trabalho. O trabalho é todo dedicado aos nossos pais, família, pois é graças aos seus esforços que hoje podemos concluir o curso.

A todos os que nos ajudaram ao longo desta caminhada. Não há exemplo maior de dedicação do que o da nossa família.

## **AGRADECIMENTO**

Em primeiro lugar, agradecemos a Deus, que fez com que nossos objetivos fossem alcançados, durante todos os anos de estudos.

Agradecemos aos amigos e familiares, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuiu para a realização deste trabalho. Aos amigos, que sempre estiveram ao nosso lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que nos dedicamos a este trabalho.

A professora, por ter sido nossa orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade, pelas correções e ensinamentos que nos permitiram apresentar um melhor desempenho no nosso processo de formação profissional ao longo do curso.

*“A Enfermagem é uma arte; e para realizá-la como arte, requer uma devoção tão exclusiva, um preparo tão rigoroso, quanto a obra de qualquer pintor ou escultor; pois o que é tratar da tela morta ou do frio mármore comparado ao tratar do corpo vivo, o templo do espírito de Deus? É uma das artes; poder-se-ia dizer, a mais bela das artes!”*

*Florence Nightingale*

NETO, Driele Justino; PAULA, Laiana Cristina de; FERREIRA, Larissa Aparecida Bertolo; SILVA, Meriele Cristina dos Reis; MATOS, Raquel Gonçalves de. Enfermagem na Saúde Mental e na Psiquiatria: Crianças e Adolescentes. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Técnico em Enfermagem. 2024. Etec Orlando Quagliato - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Orientador (a) Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Paula Morguetti Camargo. Santa Cruz do Rio Pardo – SP: 2024.

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo compreender o papel da enfermagem na saúde mental e na psiquiatria de crianças e adolescente. Tendo como base nossa pergunta investigativa “Qual é o papel da enfermagem relacionado à saúde mental e a psiquiatria, e de que forma a mesma pode contribuir nas práticas voltadas à criança e adolescente?”. Tendo em vista que a enfermagem está presente no cuidado de crianças e adolescentes, o trabalho busca trazer o papel da enfermagem na saúde mental dessas crianças e adolescentes dentro da psiquiatria. Promovendo a construção de um relacionamento sólido com os pacientes, inspirando confiança e segurança, para que se engajam cada vez mais no tratamento. A pesquisa assumiu a abordagem qualitativa e o delineamento foi descritivo-explicativo. Para a coleta de dados foi utilizado um instrumento: o questionário de perguntas, Os sujeitos foram profissionais da saúde, que trabalham na área da enfermagem. Tendo em vista que o número do alcance da saúde mental infantil e adolescente tem crescido ao redor do mundo, assim como o reconhecimento precoce dos problemas na vida de uma criança, tendo em vista que os enfermeiros são um grupo grande de profissionais em contato com as crianças, seu papel na prevenção de saúde mental é essencial.

**Palavras-chave:** Adolescentes; Crianças; Enfermagem; Psiquiatria; Saúde Mental.

NETO, Driele Justino; PAULA, Laiana Cristina de; FERREIRA, Larissa Aparecida Bertolo; SILVA, Meriele Cristina dos Reis; MATOS, Raquel Gonçalves de. Nursing in Mental Health and Psychiatry: Children and Adolescents. Course Completion Work. Technical Nursing Course. 2024. Etec Orlando Quagliato - Paula Souza State Center for Technological Education. Advisor: Prof. Ma. Ana Paula Morguetti Camargo. Santa Cruz do Rio Pardo – SP: 2024.

## **ABSTRACT**

This work aimed to understand the role of nursing in mental health and child and adolescent psychiatry. Based on our investigative question “What is the role of nursing related to mental health and psychiatry, and how can it contribute to practices aimed at children and adolescents?”. Considering that nursing is present in the care of children and adolescents, the work seeks to bring the role of nursing in the mental health of these children and adolescents within psychiatry. Promoting the construction of a solid relationship with patients, inspiring trust and security, so that they become increasingly engaged in treatment. The research took a qualitative approach and the design was descriptive-explanatory. An instrument was used to collect data: the questionnaire with closed questions. The subjects were healthcare professionals who work in the nursing field. Considering that the scope of child and adolescent mental health has grown around the world, as well as the early recognition of problems in a child's life, considering that nurses are a large group of professionals in contact with children, their role in mental health prevention is essential.

Keywords: Teenagers; Children; Nursing; Psychiatry; Mental health.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>8</b>  |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>2.1 BREVE HISTÓRIA DA SAÚDE MENTAL E DA PSIQUIATRIA.....</b>  | <b>9</b>  |
| 2.1.1 A Evolução Histórica da Saúde Mental no Brasil.....  | 10        |
| 2.1.2 O Desenvolvimento da Psiquiatria no Brasil.....  | 10        |
| <b>2.2 PAPEL DA ENFERMAGEM NA SAÚDE MENTAL E PSQUIATRIA: CRIANÇAS E ADOLESCENTE.....</b>                             | <b>11</b> |
| 2.2.1 A Importância da Enfermagem no Diagnóstico e Tratamento de Transtornos Mentais em Crianças e Adolescentes..... | 14        |
| 2.2.2 A Formação e a Capacitação de Enfermeiros para o Atendimento em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes.....   | 15        |
| 2.2.3 O Papel da Enfermagem na Prevenção e Promoção da Saúde Mental em Crianças e Adolescentes.....                  | 16        |
| <b>2.3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES: QUAIS SEUS DIREITOS?.....</b>  | <b>16</b> |
| 2.3.1 Direitos da Criança e Adolescentes na Saúde Mental e o Papel da Enfermagem.....                                | 18        |
| 2.3.2 Capacitação dos Enfermeiros para a Proteção dos Direitos de crianças e Adolescentes em Saúde Mental.....       | 19        |
| <b>2.4 TRANSTORNOS MENTAIS: SURGIMENTOS, CONCEITO E CUIDADOS.....</b>  | <b>20</b> |
| 2.4.1 Surgimento dos Transtornos Mentais e o Papel da Enfermagem.....  | 21        |
| 2.4.2 Conceito de Transtornos Mentais e Intervenção da Enfermagem.....   | 22        |
| 2.4.3 Cuidados de Enfermagem em Transtornos Mentais: Abordagens e Práticas...22                                      |           |
| <b>3 METODOLOGIA.....</b>  | <b>23</b> |
| <b>4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>  | <b>25</b> |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>28</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>30</b> |
| <b>ANEXOS/APÊNDICES.....</b>   | <b>33</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A enfermagem está presente no cuidado de crianças e adolescentes, o trabalho busca trazer o papel da enfermagem na saúde mental dessas crianças e adolescentes dentro da psiquiatria. Promovendo a construção de um relacionamento sólido com os pacientes, inspirando confiança e segurança, para que se engajam cada vez mais no tratamento. Muitos dessas crianças e adolescentes precisam de ações básicas, e por meio de uma consulta de enfermagem podemos transmitir isso para o paciente.

Tendo em vista que os enfermeiros atuantes na saúde mental e psiquiatria no setor de crianças e adolescentes possuem um papel muito importante para que seja possível alcançar objetivos da hospitalização, o trabalho busca trazer um pouco sobre o papel da enfermagem dentro dessa área, onde buscam observar a criança e/ou adolescente como um todo, a forma que reage ao meio, como lida e resolve os problemas, como se relaciona, entre outros.

O número do alcance da saúde mental infantil e adolescente tem crescido ao redor do mundo, assim como o reconhecimento precoce dos problemas na vida de uma criança, tendo em vista que os enfermeiros são um grupo grande de profissionais em contato com as crianças, seu papel na prevenção de saúde mental é essencial. Buscando compreender o papel da enfermagem na saúde mental e na psiquiatria de crianças e/ou adolescentes, decidimos realizar uma pesquisa bibliográfica, base na pergunta investigativa: “Qual é o papel da enfermagem relacionado à saúde mental e a psiquiatria, e de que forma a mesma pode contribuir nas práticas voltadas à criança e adolescente?”.

Sendo assim, vamos trazer contribuições que ajudam a entender melhor o papel da enfermagem, passando um pouco pela saúde mental e a psiquiatria, e quais práticas devem ser adotados voltadas para criança e/ou adolescente.

O objetivo geral procura compreender o papel da enfermagem na saúde mental e na psiquiatria de crianças e adolescente.

Os objetivos específicos, identificar e analisar o papel da enfermagem na saúde mental e na psiquiatria; entender a saúde mental e a psiquiatria em crianças e adolescentes; investigar as relações entre o papel da enfermagem e as contribuições voltadas para criança e adolescente.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 BREVE HISTÓRIA DA SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA

O Brasil conquistou mudança significativa com a Lei 10.216, de 06 de abril de 2001, que estabelece os direitos dos pacientes com transtornos mentais e regulamenta as internações psiquiátricas.

O Ministério da Saúde (2013), Secretaria de Atenção à Saúde, traz que a política atual da saúde mental no Brasil é resultado da mobilização realizadas por familiares, trabalhadores da área da atenção à saúde e até mesmo usuários, que teve início em 1980, buscando mudar a realidade dos manicômios, onde viviam mais de 100 mil pessoas que apresentavam transtornos mentais. O movimento foi estimulado pela importância dos direitos humanos, onde foi adquirido no combate à ditadura militar, “e alimentou-se das experiências exitosas de países europeus na substituição de um modelo de saúde mental baseado no hospital psiquiátrico por um modelo de serviços comunitários com forte inserção territorial (BRASIL, 2013, p.21). Todo esse processo de mudança se manifesta pelo Movimento Social da Luta Antimanicomial e de um projeto produzido pela mudança do modelo de atenção e dos cuidados, a Reforma Psiquiátrica.

Em 1980, foi criado serviços de atenção psicossocial para que pudessem ser feitos a reinserção de moradores de manicômios, nessa década foram fechados hospitais psiquiátricos, tendo um objetivo aos portadores de transtornos mentais, como o pleno exercício de sua cidadania, incluindo organizar serviços abertos, com a participação dos usuários, formando redes de apoio com outras políticas públicas, como a educação, cultural, trabalho e entre outros. A Secretaria de Atenção à Saúde (2013, p.21), complementa que, o maior desafio é ao invés de criar “circuitos paralelos e protegidos de vida para seus usuários, habitar os circuitos de trocas nos territórios da sociedade”. Levando o desafio da saúde mental para além do Sistema Único de Saúde (SUS), já que para se realizar ele implica na abertura da sociedade para a sua própria diversidade.

O progresso desse processo político de mobilização social na década de 80, junto com o campo da saúde e da sociedade, houve uma aprovação de leis estaduais ao longo da década de 1990, alinhadas com esses princípios.

A lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001, foi sancionada, trazendo sobre a proteção

e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Os fundamentos do movimento iniciado em 1980 se transformaram em uma política de estado, por volta da década de 2000, foi ampliado a rede de atenção psicossocial (Raps), integrando por meio do Decreto Presidencial nº 7508/2011, tendo como modelo manicomial os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Convivência (Cecos), Serviços Básica Residenciais Terapêuticos (SRT), Enfermeiras de Saúde Mental entre outros (BRASIL, 2013).

### **2.1.1 A Evolução Histórica da Saúde Mental no Brasil**

A história da saúde mental no Brasil reflete profundas mudanças no entendimento e abordagem dos transtornos mentais, marcadas por uma evolução de modelos de cuidado e políticas públicas. Durante o período colonial e o império, o tratamento das pessoas com transtornos mentais era caracterizado por práticas de confinamento em hospitais gerais e instituições precárias. Os pacientes eram muitas vezes isolados e sujeitos a práticas punitivas e desumanas, com pouco ou nenhum cuidado especializado.

Com a chegada do século XX, o modelo de saúde mental no Brasil começou a se transformar. A década de 1920 trouxe a criação dos primeiros hospitais psiquiátricos especializados, como o Hospital Pedro II no Rio de Janeiro, que se tornaram centros de tratamento mais organizados. No entanto, esses hospitais também replicavam o modelo isolacionista e muitas vezes desumanizador de cuidado (BRITO, 2019).

De acordo com Santos (2018), a partir da década de 1980, iniciou-se a Reforma Psiquiátrica, um movimento que buscava a desinstitucionalização e a promoção de um modelo de atenção psicossocial mais humanizado e comunitário.

A Lei nº 10.216/2001 foi um marco importante, estabelecendo a desospitalização e a criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para fornecer cuidados em um ambiente menos segregado. Esse movimento visou integrar a saúde mental na rede de atenção básica, promovendo uma abordagem mais inclusiva e menos estigmatizada.

### **2.1.2 O Desenvolvimento da Psiquiatria no Brasil**

O campo da psiquiatria no Brasil tem uma trajetória marcada pela influência de modelos europeus e pela busca de uma identidade própria ao longo dos anos. No início do século XIX, a psiquiatria brasileira era fortemente influenciada pelos modelos psiquiátricos europeus, especialmente franceses e alemães, que introduziram conceitos e práticas de tratamento.

Durante a primeira metade do século XX, a psiquiatria no Brasil era dominada pelo modelo de institucionalização. A fundação do Hospital Pedro II em 1852 e do Hospital das Clínicas em São Paulo refletiu a tentativa de criar instituições especializadas no tratamento de transtornos mentais. No entanto, essas instituições frequentemente reproduziam práticas de confinamento e segregação (OLIVEIRA, 2020).

A partir da década de 1980, com a Reforma Psiquiátrica, houve uma mudança significativa. O modelo tradicional de psiquiatria foi desafiado, e a psiquiatria passou a adotar uma abordagem mais integrada com a saúde pública. Almeida (2017), traz que, a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a promoção de políticas de saúde mental comunitária mudaram o foco para uma abordagem menos hospitalocêntrica e mais voltada para o cuidado na comunidade. A psiquiatria passou a se integrar mais com outras áreas da saúde, promovendo uma visão mais holística e menos estigmatizada dos transtornos mentais.

## **2.2 PAPEL DA ENFERMAGEM NA SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA: CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Os enfermeiros em saúde mental de crianças e adolescente, são registrados, focam seu trabalho em melhorar o desenvolvimento juvenil e em oferecer cuidados “em saúde mental para crianças e suas famílias. Por serem um dos maiores grupos de fornecimento de cuidados em saúde que entram em contato com crianças e adolescentes (DELANEY; COOPER, 2021, p. 2)”, sendo assim os enfermeiros são importantes para a promoção de saúde mental e intervenções precoces.

Muitas vezes os profissionais de saúde ficam em dúvida sobre quais situações necessitam de intervenções em saúde mental, as práticas em saúde mental na Atenção Básica podem ser feitas por todos os profissionais de Saúde, unindo os objetivos dos profissionais para o cuidado em saúde mental “o cuidado em saúde mental não é algo de outro mundo ou para além do trabalho

cotidiano na Atenção Básica (BRASIL, 2013, p. 22). As intervenções são realizadas de acordo com especificidades dos pacientes e da comunidade. A Secretaria de Atenção à Saúde (2013, p. 19), traz que a atenção básica, “tem como um de seus princípios possibilitar o primeiro acesso das pessoas ao sistema de Saúde, inclusive daquelas que demandam um cuidado em saúde mental”. Neste ponto de atenção, as ações são desenvolvidas em um território geograficamente conhecido, proporcionando aos profissionais de Saúde uma proximidade para conhecer a história de vida dos pacientes e de seus vínculos com a comunidade onde moram, assim como contextos de vida.

O cuidado em saúde mental na Atenção Básica é estratégico, pois facilita o acesso das equipes aos usuários e vice-versa, essa prática oferece muitas dúvidas, curiosidades aos profissionais de saúde da área de saúde mental.

Os profissionais da saúde, enfermeiros, apresentam um papel muito importante na busca dos objetivos da hospitalização, pois eles têm contato com o internado praticamente 24hrs por dia, fornecendo todo cuidado e atendimento possível, observando todo comportamento. Pessoas em tratamento de saúde mental ou da psiquiatria precisam de um meio que ofereça segurança, sendo necessário uma equipe que realize uma abordagem individualizada.

As crianças e adolescentes apresentam vários comportamentos que são desafiadores, quando acontecem de forma inesperada são consideradas até mesmo normal para idade, entretanto, quando acontece de uma forma constante e padronizado, podem vir com transtornos mentais.

O cuidado dos profissionais de saúde da área de enfermagem com a criança e o adolescente com transtornos mentais hospitalizado necessita de ações e cuidado de higiene e conforto, medicação. Entretanto, BARBOSA, *et al.* 2023, p.6, traz que o “trabalho da enfermagem não deve limitar-se a tais atividades, embora o modelo biomédico ainda predomine dentro das instituições hospitalares, promovendo uma assistência pautada em torno de uma hierarquia”, onde é formada por manuais, normas, rotinas e pela subordinação do enfermeiro em relação ao médico, limitando exercício da autonomia pelos profissionais da enfermagem, conduzindo a uma assistência fragmentada, engessada e verticalizada.

No âmbito de trabalho, toda equipe de enfermagem e o paciente lançam suas ações por meio de respectivas situações, sendo assim, os indivíduos comportam-se de maneiras diferentes e específicas que são de acordo com suas

vivências, o profissional deverá entender o que é o modo de vida da criança e adolescente para que possa entender como os envolvidos se posicionam no dia a dia.

Os enfermeiros constituem suas próprias intervenções por meio de vivências, o cuidado com a saúde mental não é algo fora do mundo, as intervenções são feitas na realidade do dia a dia, com as especificidades dos pacientes. "Os cuidados em saúde mental devem promover novas possibilidades de modificar as condições e modos de vida (BRASIL, 2012, p. 23). Sendo essencial que o olhar seja voltado para várias dimensões, pois na Atenção Básica o desenvolvimento de ações voltado para a saúde mental é feito no cotidiano entre profissionais da saúde e paciente.

Santos *et al* (2020) traz que, os enfermeiros instituem afinidade entre a autonomia e a educação para a saúde mediante de intervenções organizada, onde perpassa por relações livres de julgamentos, contribuindo para a autonomia, a autora complementa que o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) "demanda uma estratégia de intervenção específica, que considera as características subjetivas, físicas e jurídicas diferenciadas, integrada a rede de saúde, educação, assistência social e garantia de direitos (SANTOS *et al.*, 2020, p.74)". Sendo assim, o cuidado precisa exceder o tratamento dos transtornos mentais, buscando a inclusão social.

A Atenção Básica visto como porta de entrada preferencial do SUS, formando várias de ações do âmbito da saúde, no âmbito individual e coletivo, englobando a promoção e a proteção da saúde, o diagnóstico, entre outros.

O conhecimento e habilidade são essenciais para a organização e o desenvolvimento das ações adequadas e constantes que norteia não apenas o sujeito, mas a família, tendo em vista, que o julgamento clínico possibilita antecipar os diagnósticos dos enfermeiros, planejando cuidados que propiciem a saúde e evitando problemas (SANTOS *et al.*, 2020)

Tendo em vista que o julgamento clínico é uma das atribuições da enfermagem e está voltado ao ato de julgar as necessidades de cuidado de cada paciente e de elaborar o planejamento de assistência, atendendo todas as necessidades do paciente.

De acordo com o Departamento de Atenção Especializada e Temática (2015), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) existem pontos de atenção em várias modalidades, como serviços de saúde de caráter aberto e comunitário, onde são formados por uma equipe multiprofissional que atua de forma

interdisciplinar, realizando atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2012), traz que a saúde é um direito social, sendo importante um serviço público, na qual a prestação desse serviço mal realizada por trazer vários danos, sendo assim é dever do Poder Público promover serviços público de saúde que proporcionam o nascimento e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Os enfermeiros especializados em saúde mental estão envolvidos diretamente na avaliação e monitoramento dos pacientes. Eles realizam avaliações iniciais e contínuas para identificar sintomas e comportamentos, ajustando os planos de cuidado conforme necessário. A administração de medicamentos psiquiátricos é uma das responsabilidades cruciais dos enfermeiros, que devem monitorar os efeitos colaterais e garantir a adesão ao tratamento (FARO, 2023).

Além disso, os enfermeiros oferecem suporte psicoeducativo, ajudando os pacientes a entender suas condições e desenvolver habilidades de enfrentamento. Em situações de crise, eles são treinados para intervir rapidamente, proporcionando estabilização e suporte imediato.

### **2.2.1 A Importância da Enfermagem no Diagnóstico e Tratamento de Transtornos Mentais em Crianças e Adolescentes**

A enfermagem desempenha um papel crucial no diagnóstico e tratamento de transtornos mentais em crianças e adolescentes, áreas que demandam habilidades especializadas e sensibilidade. Profissionais de enfermagem são frequentemente os primeiros a identificar sinais e sintomas de distúrbios mentais, como ansiedade, depressão e transtornos de conduta, por meio de observação cuidadosa e interações diárias com os pacientes.

De acordo com Santos e Silva (2019), enfermeiros em serviços de saúde mental infanto-juvenil são fundamentais para a realização de avaliações iniciais e o monitoramento contínuo dos sintomas. Eles utilizam ferramentas de triagem e avaliações psicométricas para ajudar no diagnóstico, colaborando com psicólogos e psiquiatras. Além disso, são responsáveis pela administração de medicações e pela implementação de planos de tratamento, sempre observando as reações dos pacientes e ajustando os cuidados conforme necessário.

A abordagem terapêutica das enfermarias é integrada e inclui não apenas o tratamento farmacológico, mas também intervenções psicossociais. Pereira et al. (2020) destacam que os enfermeiros frequentemente participam de atividades de terapia ocupacional, grupos de apoio e programas educativos que visam melhorar as habilidades sociais dos jovens. A construção de um relacionamento de confiança é essencial, pois facilita a adesão ao tratamento e a expressão dos sentimentos do paciente.

Sendo assim, o papel dos enfermeiros vai além das tarefas técnicas, envolvendo a criação de um ambiente seguro e de suporte, o que é vital para o bem-estar emocional das crianças e adolescentes com transtornos mentais.

### **2.2.2 A Formação e a Capacitação de Enfermeiros para o Atendimento em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes**

A formação e capacitação de enfermeiros para o atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes são essenciais para garantir a qualidade do cuidado prestado. A formação inicial em enfermagem frequentemente inclui uma introdução à saúde mental, mas a complexidade dos transtornos infanto-juvenis requer educação contínua e especializada.

De acordo com Lima e Costa (2021), muitos cursos de graduação em enfermagem têm integrado disciplinas específicas sobre saúde mental, mas a formação prática em ambientes especializados ainda é limitada. A inclusão de estágios em serviços de saúde mental e psiquiátricos durante a formação acadêmica é crucial para preparar os futuros enfermeiros para os desafios do atendimento a essa faixa etária.

A educação contínua é vital para que os profissionais se atualizem sobre as melhores práticas e intervenções terapêuticas. Almeida et al. (2022) destacam que a participação em workshops, seminários e cursos de especialização é fundamental para que enfermeiros desenvolvam competências específicas, como técnicas de comunicação com jovens, gestão de crises e estratégias de intervenção precoce. Além disso, é importante que os programas de capacitação abordem questões relacionadas ao estigma e ao cuidado culturalmente sensível.

Portanto, a combinação de uma formação acadêmica sólida com oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo é fundamental para que

enfermeiros possam oferecer cuidados eficazes e sensíveis às necessidades das crianças e adolescentes com transtornos mentais.

### **2.2.3 O Papel da Enfermagem na Prevenção e Promoção da Saúde Mental em Crianças e Adolescentes**

A prevenção e promoção da saúde mental são aspectos cruciais no atendimento a crianças e adolescentes, e a enfermagem desempenha um papel proativo nesses esforços. Os enfermeiros são responsáveis por implementar estratégias que visam prevenir o desenvolvimento de transtornos mentais e promover o bem-estar psicológico desde cedo.

Segundo Rodrigues et al. (2019), enfermeiros atuam em escolas, comunidades e serviços de saúde para promover a educação em saúde mental, identificar fatores de risco e fornecer intervenções precoces. Eles desenvolvem e conduzem programas educativos que abordam temas como habilidades de enfrentamento, gestão do estresse e promoção de um ambiente de suporte. A colaboração com escolas e famílias é essencial para criar uma rede de suporte eficaz.

Além disso, Mendonça e Castro (2020) enfatizam a importância da triagem precoce e do encaminhamento para serviços especializados quando necessário. Enfermeiros realizam avaliações regulares e monitoram o desenvolvimento emocional e comportamental das crianças e adolescentes, garantindo que qualquer sinal de alerta seja abordado de forma proativa. A participação em atividades comunitárias e programas de saúde mental também é uma forma de promover a conscientização e reduzir o estigma associado aos transtornos mentais.

A atuação da enfermagem na prevenção e promoção da saúde mental é fundamental para criar uma base sólida para o bem-estar emocional das crianças e adolescentes, reduzindo a prevalência de transtornos mentais e melhorando a qualidade de vida.

## **2.3 CRIANÇAS E ADOLESCENTE: QUAIS SEUS DIREITOS?**

Os direitos da criança e do adolescente são amplamente reconhecidos como essenciais para o desenvolvimento saudável e a dignidade de indivíduos em

formação. Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) das Nações Unidas como marcos importantes, a proteção desses direitos tornou-se uma prioridade global.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que é responsabilidade da família, sociedade e Estado e proteção integral de crianças e adolescente, ou seja, é dever de proteger essas crianças e adolescentes, sejam diferentes de classes culturais, sociais, etnias, raças ou qualquer outra diversidade.

Com relação as legislações as quais possibilitam a garantia dos direitos para as crianças e os adolescentes, podemos elencar alguns documentos que tiveram sua confecção predominantemente fundamentais para se pensar essa questão, dentre eles, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sendo que a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente teve sua aprovação no dia 20 de novembro de 1959 e foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Nela temos a enumeração dos direitos e liberdades sendo direito de toda e qualquer criança e adolescente.

Devemos ter em mente que a maior parte destes direitos e liberdades assegurados são parte integral da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual foi aprovada pela Assembleia Geral em 1948. Partindo desse pressuposto, a Assembleia compreendeu que os direitos das crianças e dos adolescentes requeria uma declaração específica, aonde houvesse um texto específico.

Segundo Liberati (2002), a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959, acabou por desencadear um pensamento diferente com relação ao modo de entender a criança e o adolescente, criando para eles, um tratamento diferente e prioritário, pois conseguiu observar que os mesmos são seres humanos em um estágio de desenvolvimento.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança data de 1959, mas no Brasil, ela veio a ser cumprida apenas com a promulgação da Carta Magna de 1988 e logicamente logo após com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no ano de 1990.

Tomando como nota o artigo 227 da Constituição Federal, nele temos a imposição do dever à família, ao Estado e à sociedade de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à

educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), presumiu, dispositivos para fazer com que esses direitos preconizados viessem a ser efetivados plenamente, tomemos como exemplo: varas especializadas da infância e juventude nos Estados e no Distrito Federal; intervenção obrigatória do Ministério Público nos procedimentos em que não for parte; políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente; Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como, os Conselhos Tutelares

Os Direitos fundamentais de crianças e adolescentes, que podemos destacar na Constituição Federal de 1988, traz a guarda do direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, proteção contra a exploração e violência. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vem objetivando garantir que realmente ocorra a efetivação desses direitos, colocando punições a qualquer atentado, sendo eles por omissão ou ação, aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990, estabelece quatro princípios fundamentais, sendo não Discriminação no Artigo 2, onde todas as crianças, independentemente de sua origem, têm direito a todos os direitos previstos na Convenção; o Interesse Superior da Criança no Artigo 3, tendo em vista que todas as decisões e ações devem priorizar o melhor interesse da criança; o Direito à Vida, Sobrevivência e Desenvolvimento presente no Artigo 6, trazendo que a criança tem o direito de sobreviver e se desenvolver de forma plena e o Respeito à Opinião da Criança no Artigo 12, onde as crianças têm o direito de expressar suas opiniões e que estas sejam consideradas em decisões que as afetam.

### **2.3.1 Direitos de Crianças e Adolescentes em Saúde Mental e o Papel da Enfermagem**

A proteção dos direitos de crianças e adolescentes em ambientes de saúde mental é uma responsabilidade crucial para os profissionais de enfermagem. O

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que toda criança e adolescente tem direito a um atendimento integral e de qualidade, incluindo o acesso a serviços de saúde mental adequados e respeitosos.

Costa e Martins (2022), traz que os enfermeiros, como parte fundamental da equipe de saúde, devem garantir que esses direitos sejam observados, promovendo um ambiente seguro e acolhedor. Isso inclui assegurar o direito à privacidade, confidencialidade e a participação ativa dos jovens nas decisões sobre seu tratamento.

O cuidado em saúde mental deve ser oferecido de maneira que respeite a dignidade e a autonomia do paciente, conforme suas capacidades. Além disso, os enfermeiros devem estar atentos a sinais de abuso ou negligência e agir de acordo com as normas e leis para proteger esses direitos. É fundamental que os profissionais de enfermagem estejam bem informados e atualizados sobre as leis e diretrizes relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes para garantir um atendimento ético e eficaz (OLIVEIRA; SILVA, 2019).

### **2.3.2 Capacitação dos Enfermeiros para a Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes em Saúde Mental**

A capacitação contínua dos profissionais de enfermagem é essencial para assegurar que os direitos das crianças e adolescentes em tratamento de saúde mental sejam plenamente respeitados e protegidos. O ambiente de saúde mental, especialmente em contextos psiquiátricos, requer que os enfermeiros possuam conhecimentos específicos sobre a legislação vigente e sobre práticas que garantam o atendimento ético e respeitoso (BRASIL, 2018).

Segundo Reis e Costa (2021), a formação inicial e a educação continuada devem incluir tópicos sobre os direitos das crianças e adolescentes, habilidades de comunicação com pacientes jovens e estratégias para lidar com situações de crise. Além disso, programas de capacitação devem abordar a importância do trabalho em equipe e da colaboração com outros profissionais de saúde para garantir um atendimento holístico e centrado no paciente.

Investir em treinamento adequado não só melhora a qualidade do atendimento, mas também assegura que os direitos dos jovens sejam respeitados, promovendo um ambiente terapêutico que favoreça o desenvolvimento e a

recuperação. A integração de conhecimentos atualizados e práticas baseadas em evidências é crucial para enfrentar os desafios diários e fornecer cuidados que respeitem a dignidade e os direitos dos pacientes.

## **2.4 TRANSTORNOS MENTAIS: SURGIMENTO, CONCEITO E CUIDADOS**

Os transtornos mentais são determinados por distúrbios na atividade cerebral, onde afetam o emocional, cognitivo, comportamento e o humor da pessoa, dependendo do nível do transtorno, é possível causar mais ou menos prejuízos na vida do indivíduo.

De acordo com Castanho *et al.* (2020, p.10), “os distúrbios mentais são as alterações de pensamentos, emoções e comportamentos, gerando determinado desconforto à pessoa de tal modo que interfere na sua vida diária”. Esses distúrbios são capazes de influenciar os aspectos físicos, psicológicos, sociais, culturais e hereditários.

Ao se falar de fatores emocionais ou psicológicos, não se deve esquecer que a construção da identidade é única, e tem início desde o momento da concepção e permanece durante toda a vida, sendo essencial na formação do equilíbrio emocional do indivíduo. Cada indivíduo pode se comportar de diversas maneiras para a mesma situação, dependendo de sua personalidade, onde é marcada por pensamentos, ações e sentimentos. Castanho *et al.* 2010 (p.25), discorre sobre a personalidade, trazendo que é formada por muitos fatores, sendo um deles hereditário, mas não sendo o único responsável pelos traços de personalidade “contribuirão para essa formação: o ambiente, as influências vividas pela pessoa no passado, no decorrer da sua vida e na atual (pessoal e sociocultural)”. Sendo assim, não é apenas a personalidade que pode ser responsável pelos distúrbios mentais, mas também outras razões.

Os conceitos sobre os distúrbios psicológicos são muito amplos, a cultura sobre a loucura é extensa e os julgamentos são discriminatórios, como a discriminação de pessoas com distúrbios psicológicos e de comportamentos em hospitais, antigamente, era considerado deplorável afirmar que tinha um parente com problemas mentais em casa.

Sendo assim, é fundamental ressaltar o papel da enfermagem, tendo a responsabilidade de entender e compreender o processo de trabalho na saúde

mental, formando uma assistência de enfermagem com qualidade.

As atribuições da enfermagem estão voltadas na promoção da saúde mental, na prevenção da enfermidade mental, ajudando a enfrentar as pressões da enfermidade mental. Para a enfermagem cumprir suas funções, necessita “usar a percepção e a observação, formular interpretações válidas, delinear campo de ação com tomada de decisões, planejar a assistência, avaliar as condutas e o desenvolvimento do processo (VILLELA; SCATENA, 2004, p.739)”. Essas ações fazem parte do papel da enfermagem, tendo que direcionar o relacionamento interpessoal e terapêutico.

Desde a reforma psiquiátrica, que teve por objetivo superar o estigma da institucionalização pelo aumento de crises dos distúrbios mentais, as práticas assistenciais no atendimento passaram a ser mais humanizadas, desenvolvendo a autonomia e respeitando os princípios essenciais de cidadania das pessoas que apresentavam distúrbios mentais (CASTANHO *et al.*, 2010).

A liderança de um enfermeiro é essencial e decisiva, tendo em vista que ao concentrar funções de assistência e gerenciamento, ajuda na construção de possibilidades de cuidado às pessoas com distúrbio mental na atenção básica.

Por volta da década de 90, a atenção da enfermagem voltou a novas formas de cuidar da saúde mental, procurando serviços extra-hospitalares. De acordo com Villela e Scatena (2004, p.740), “a Enfermagem direciona suas atividades de forma diferenciada no tratamento dos doentes mentais, implicando atitudes de respeito e dignidade para com o enfermo”, ou seja, a enfermagem busca ações que são voltadas às particularidades do sujeito e a participação deste em seu processo de tratamento, desenvolvendo e estimulando o autocuidado, bem como a sua reinserção em grupos sociais e comunitários

Sendo assim, a prática da enfermagem, deve ser em um sentido humanista, reflexiva, criativa e até mesmo imaginativa, tendo em vista a categoria centrar da profissão, o cuidar.

#### **2.4.1 Surgimento dos Transtornos Mentais e o Papel da Enfermagem**

O surgimento de transtornos mentais pode estar relacionado a uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Alterações neuroquímicas, predisposições genéticas e experiências adversas na infância são fatores comuns

associados ao desenvolvimento desses transtornos. A enfermagem desempenha um papel crucial na identificação precoce e no manejo desses transtornos, através da observação de sintomas, aplicação de avaliações e monitoramento contínuo dos pacientes (SANTOS, 2021).

O enfermeiro deve colaborar com uma equipe multidisciplinar para proporcionar um tratamento abrangente e personalizado, assegurando que as intervenções sejam ajustadas às necessidades individuais dos pacientes.

#### **2.4.2 Conceito de Transtornos Mentais e Intervenção da Enfermagem**

Transtornos mentais referem-se a uma ampla gama de condições que afetam o pensamento, o humor e o comportamento, influenciando significativamente a capacidade de uma pessoa de funcionar em sua vida diária. Esses transtornos podem variar de distúrbios de ansiedade a transtornos mais graves, como a esquizofrenia. A enfermagem em saúde mental exige uma compreensão profunda desses conceitos para proporcionar cuidados adequados. O enfermeiro deve empregar técnicas de intervenção baseadas em evidências, promover o suporte psicossocial e monitorar a eficácia dos tratamentos para assegurar o bem-estar dos pacientes (BRASIL, 2019).

#### **2.4.3 Cuidados de Enfermagem em Transtornos Mentais: Abordagens e Práticas**

Os cuidados de enfermagem para pacientes com transtornos mentais incluem a avaliação contínua, a administração de medicamentos e a aplicação de terapias psicossociais. A enfermagem deve focar na criação de um ambiente terapêutico, onde o paciente se sinta seguro e compreendido. Técnicas de intervenção, como a escuta ativa e o suporte emocional, são essenciais para ajudar os pacientes a lidar com suas condições. A colaboração com outros profissionais de saúde mental é vital para desenvolver e implementar planos de cuidado eficazes e adaptados às necessidades específicas dos pacientes (BRASIL, 2019).

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa, onde os dados são divididos e subdivididos em partes importantes, buscando entender a totalidade do fenômeno, analisando as informações de uma forma mais organizada, a pesquisa qualitativa coleta dados sem instrumentos formais.

A pesquisa também assume uma abordagem explicativa, que de acordo com Gil (2008, p.28), “são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Passando pela descritiva,

têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa.[...] (GIL, 2008, p.28).

Segundo os procedimentos técnicos, assume a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008, p.50), é desenvolvida por material já pronto e formado por livros e artigos científicos.

Será utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário, que segundo Markonis e Lakatos (2003, p.201)

é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

A escolha pelo uso desse instrumento ocorreu por este não induzir resposta do entrevistador.

As perguntas foram baseadas nos objetivos específicos, sendo:

- Na sua opinião a enfermagem é importante?
- O papel da enfermagem na saúde mental de crianças e adolescentes tem alguma relação com a psiquiatria?
- A enfermagem pode ajudar no atendimento com esses pacientes?
- Você já trabalhou com crianças e/ou adolescentes na psiquiatria?

- Você já atendeu crianças e/ou adolescentes na área da saúde mental?
- Você tem algum parente, criança ou adolescente que sofre com esse problema?
- Na sua opinião, no Brasil, o atendimento com essas crianças e adolescentes tem sido relevante?

## 4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos e discutimos os dados obtidos por meio de um questionário aplicado a 31 participantes, buscando compreender o papel da enfermagem na saúde mental e na psiquiatria de crianças e adolescentes. Os resultados serão analisados em conformidade com os objetivos estabelecidos na introdução do estudo.

### 1. Importância da Enfermagem

Pergunta 1: Na sua opinião, a enfermagem é importante? (ANEXO I)

Resultados: 100% sim, 0% não.

**Análise:** A unanimidade dos participantes em reconhecer a importância da enfermagem reforça o papel fundamental dessa profissão na assistência à saúde. Essa percepção é crucial, especialmente no contexto da saúde mental, onde a empatia e o cuidado são essenciais para o bem-estar dos pacientes. Este resultado corrobora a literatura, que destaca a enfermagem como um pilar na promoção da saúde mental.

### 2. Contribuição da Enfermagem no Atendimento

Pergunta 2: A enfermagem pode ajudar no atendimento com esses pacientes? (ANEXO II)

Resultados: 100% sim, 0% não.

**Análise:** A totalidade das respostas positivas indica uma forte crença na capacidade da enfermagem de atuar efetivamente no atendimento a pacientes com necessidades de saúde mental. Isso sugere que os participantes reconhecem não apenas a importância da profissão, mas também a relevância das intervenções que podem ser realizadas por enfermeiros nesse contexto.

### 3. Relação entre Enfermagem, Saúde Mental e Psiquiatria

Pergunta 3: O papel da enfermagem na saúde mental de crianças e adolescentes tem alguma relação com a psiquiatria? (ANEXO III)

Resultados: 87,1% sim, 12,9% não.

**Análise:** A maioria significativa dos participantes reconhece a interconexão entre enfermagem, saúde mental e psiquiatria. Essa relação é vital, uma vez que

sugere que os enfermeiros não atuam isoladamente, mas em parceria com a equipe psiquiátrica, proporcionando um cuidado integrado que pode melhorar os resultados para os pacientes.

#### 4. Experiência Prática na Saúde Mental

Pergunta 4: Você já atendeu crianças e/ou adolescentes na área da saúde mental? (ANEXO IV)

Resultados: 83,9% sim, 16,1% não.

**Análise:** A alta porcentagem de enfermeiros com experiência no atendimento a crianças e adolescentes em saúde mental demonstra um envolvimento significativo com essa população. Isso é importante para entender as necessidades específicas de cuidados e para aplicar intervenções que considerem o desenvolvimento emocional e psicológico dos jovens.

#### 5. Trabalho em Psiquiatria

Pergunta 5: Você já trabalhou com crianças e/ou adolescentes em psiquiatria? (ANEXO V)

Resultados: 51,6% sim, 48,4% não.

**Análise:** A divisão quase equilibrada entre aqueles que têm e não têm experiência em psiquiatria aponta para uma necessidade de formação contínua e oportunidades de treinamento na área. A experiência prática é fundamental para que os enfermeiros possam oferecer um atendimento eficaz e baseado em evidências.

#### 6. Relevância do Atendimento

Pergunta 6: Na sua opinião, o atendimento com crianças e adolescentes tem sido relevante? (ANEXO VI)

Resultados: 83,9% sim, 16,1% não.

**Análise:** A percepção de relevância do atendimento sugere que os enfermeiros acreditam que suas ações têm um impacto positivo na vida dos pacientes. Essa visão é essencial para manter a motivação e o compromisso com o cuidado de qualidade na saúde mental.

#### 7. Relações Pessoais com a Saúde Mental

Pergunta 7: Você tem algum parente, criança ou adolescente que sofre com

esse problema? (ANEXO VII)

Resultados: 64,5% sim, 35,5% não.

**Análise:** A alta porcentagem de participantes com vínculos pessoais com a saúde mental pode influenciar a maneira como percebem a importância do atendimento e sua própria prática. Isso pode gerar uma maior empatia e uma abordagem mais sensível ao tratamento.

Os dados apresentados mostram uma forte concordância entre os participantes sobre a importância da enfermagem na saúde mental e na psiquiatria de crianças e adolescentes. A experiência e a percepção positiva sobre a relevância do atendimento sugerem que os enfermeiros estão conscientes de seu papel vital neste campo. No entanto, a necessidade de mais formação e experiência em psiquiatria é um ponto que merece atenção para garantir um cuidado ainda mais eficaz e integrado. Esses resultados estão alinhados com os objetivos propostos na introdução, evidenciando a contribuição da enfermagem para a saúde mental e a psiquiatria.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde mental de crianças e adolescentes é uma área crucial e, ao mesmo tempo, complexa da saúde pública, e o papel da enfermagem nesse contexto é multifacetado e essencial. Profissionais de enfermagem desempenham uma função vital no cuidado e apoio de jovens com transtornos mentais e psiquiátricos, contribuindo significativamente para o bem-estar emocional e psicológico desta faixa etária.

O papel da enfermagem na saúde mental infanto-juvenil envolve a implementação e coordenação de cuidados que visam não apenas o tratamento de transtornos mentais, mas também a promoção do desenvolvimento saudável e a prevenção de problemas futuros. Enfermeiros atuam em diversos cenários, incluindo serviços ambulatoriais, hospitalares e comunitários, oferecendo uma abordagem holística e integrada. Em ambientes hospitalares, a enfermagem é fundamental no manejo das crises psiquiátricas e na administração de terapias médicas. Enfermeiros são responsáveis pela observação contínua, avaliação dos sintomas, e pela gestão de medicações, além de proporcionar um ambiente seguro e de suporte.

No atendimento ambulatorial, eles colaboram na continuidade do cuidado, monitorando o progresso do tratamento e ajustando as intervenções conforme necessário. No campo da saúde mental comunitária, a enfermagem contribui para a educação dos pacientes e das famílias, promovendo o entendimento sobre transtornos mentais e estratégias de enfrentamento. Enfermeiros atuam em programas de prevenção e intervenção precoce, focando na identificação de sinais de alerta e na aplicação de estratégias para minimizar a progressão dos transtornos.

Além disso, eles desempenham um papel crucial na formação de redes de apoio e no encaminhamento de casos para serviços especializados quando necessário. O trabalho com crianças e adolescentes exige habilidades específicas, pois esses pacientes apresentam desafios únicos em termos de desenvolvimento cognitivo e emocional. A comunicação eficaz é fundamental, assim como a capacidade de adaptar abordagens terapêuticas às necessidades individuais. Enfermeiros devem ser capazes de construir relacionamentos de confiança com os jovens e suas famílias, promovendo a adesão ao tratamento e apoiando a construção de habilidades de enfrentamento. A formação contínua e a atualização

dos conhecimentos são indispensáveis para que os profissionais de enfermagem possam lidar com as complexidades dos transtornos mentais em jovens.

A integração entre a equipe de saúde mental, que inclui psiquiatras, psicólogos e terapeutas, é crucial para oferecer um cuidado coordenado e eficaz. Em resumo, o papel da enfermagem na saúde mental e na psiquiatria para crianças e adolescentes é fundamental e diversificado, abrangendo desde a gestão clínica e apoio durante crises até a educação e prevenção. Profissionais de enfermagem são peças chave no desenvolvimento de estratégias de cuidado que visam a promoção da saúde mental, o tratamento efetivo e a melhoria da qualidade de vida dos jovens pacientes.

Conclui-se sobre a importância de formação e experiência da área de enfermagem em psiquiatria, sendo um ponto que merece atenção para garantir um cuidado ainda mais eficaz e integrado para crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A., PEREIRA, M. C., & SOUZA, L. A. (2022). Educação Continuada na Enfermagem Psiquiátrica: Formação e Práticas. **Revista Brasileira de Psicologia**. 13(1),67-80.

ALMEIDA, J. A. **Psiquiatria no Brasil: Uma Análise Histórica e Crítica**. Revista Brasileira de Psiquiatria, (2017). 39(4), 295-303.

BARBOSA, Gabriela Morilhas *et al.* Percepções da equipe de enfermagem sobre cuidados de crianças e adolescentes internados com transtornos mentais. **Escola Anna Nery**, [S.L.], v. 27, n. 0, p. 1-9, nov. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2022-0187pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/fqh8zsJS7phB5CtJzVDHXWr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRITO, T. M., & MORAES, D. R. (2019). História da Saúde Mental no Brasil: Da Institucionalização à Reforma Psiquiátrica. **Revista Brasileira de Psicologia**. 11(3), 55-72.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado federal, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Diretrizes para o Atendimento de Saúde Mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: [www.gov.br](http://www.gov.br). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.674**, de 11 de junho de 2018 - Política Nacional de Saúde Mental. Brasília: Senado Federal, 2018. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_34\\_saude\\_mental.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf). Acesso em: 02 maio 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção

Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros\\_atencao\\_psicossocial\\_unidades\\_acolhimento.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf). Acesso em: 02 maio 2024.

CASTANHO, Claudia Palhano *et al.* **ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2020. 8 v. Disponível em: [http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/apostilas/saude\\_mental.pdf](http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/apostilas/saude_mental.pdf). Acesso em: 16 ago. 2024.

COSTA, A. M.; MARTINS, M. T. **Direitos dos pacientes jovens e o papel da enfermagem em instituições psiquiátricas**. *Jornal Brasileiro de Saúde Mental*, v. 16, n. 1, p. 40-54, 2022

LIMA, E. P., & COSTA, M. T. (2021). **Formação e Capacitação em Saúde Mental para Enfermeiros: Desafios e Necessidades**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 74(2), 230-239.

MENDONÇA, L. A., & CASTRO, R. S. (2020). **Promoção da Saúde Mental na Infância e Adolescência: Estratégias e Intervenções**. *Revista Brasileira de Psicologia*, 12(1), 112-125.

OLIVEIRA, M. R.; SILVA, J. L. **A atuação da enfermagem na proteção dos direitos de crianças e adolescentes em ambientes psiquiátricos**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, n. 5, p. 922-930, 2019.

OLIVEIRA, M. T. (2020). **História da Psiquiatria no Brasil: Influências e Transformações**. *Revista Brasileira de Saúde Mental*, 11(2), 40-56.

PEREIRA, C. R., SILVEIRA, A. L., & MARTINS, R. S. (2020). **Abordagem Terapêutica na Enfermagem Psiquiátrica: Perspectivas e Práticas**. *Revista Brasileira de Psicologia*, 11(2), 102-115.

REIS, P. F.; COSTA, M. S. **Formação e capacitação dos enfermeiros em saúde mental: Impactos na proteção dos direitos infantis e adolescentes**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 2, p. 311-318, 2021.

REPÚBLICA, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da. **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. São Paulo: Artgraph, 2012. Disponível em: [https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/escritorio-modelo/biblioteca/06\\_Direitos%20da%20crianca%20e%20do%20adolescente\\_web.pdf](https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/escritorio-modelo/biblioteca/06_Direitos%20da%20crianca%20e%20do%20adolescente_web.pdf). Acesso em: 02 maio 2024.

RODRIGUES, T. A., MORAIS, C. A., & GARCIA, L. F. (2019). **Prevenção e Promoção da Saúde Mental: O Papel da Enfermagem**. Revista Brasileira de Enfermagem, 72(4),953-961.

SANTOS, Rachel da Silva et al. Atuação do enfermeiro no atendimento ao público infantojuvenil em sofrimento mental: Uma revisão integrativa. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 24, p. 69-78, dez. 2020. Disponível em [http://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1647-21602020000200009&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602020000200009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 02 maio 2024.

SANTOS, J. R. **Cuidados de enfermagem em transtornos mentais: Uma revisão crítica**. Enfermagem em Debate, v. 14, n. 2, p. 58-67, 2021.

SANTOS, L. M. (2018). A Reforma Psiquiátrica e a Desinstitucionalização no Brasil: Desafios e Perspectivas. **Revista Brasileira de Saúde Mental**, 10(1), 10-25.

SANTOS, L. A., & SILVA, M. T. (2019). **O Papel da Enfermagem na Diagnóstico e Tratamento de Transtornos Mentais Infanto-Juvenis**. Revista Brasileira de Enfermagem, 72(6), 1494-1501.

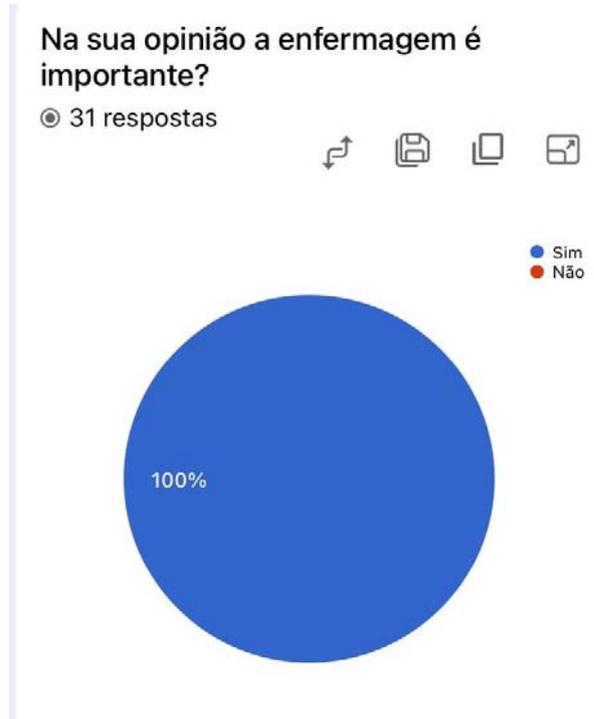
SILVA, Ernestina Maria Veríssimo Batoca *et al.* Promoção da saúde mental das crianças: contributos dos enfermeiros. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 33, n. 0, p. 1-7, dez. 2019. Acta Paulista de Enfermagem. <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2020ao0254>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/3b4QnnmjDJPT7X4g3wtXgzB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, Thatianne de Oliveira. **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL A IMPORTÂNCIA DE ESPAÇOS DE PROTAGONISMO E AUTONOMIA**. 2021. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiana, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3675/1/Thatianne%20de%20Oliveira%20Silva.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

VILLELA, Sueli de Carvalho; SCATENA, Maria Cecília Moraes. A enfermagem e o cuidar na área de saúde mental. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 57, n. 6, p. 738-741, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71672004000600022>.

## ANEXOS/APÊNDICES

## Anexo I



## Anexo II



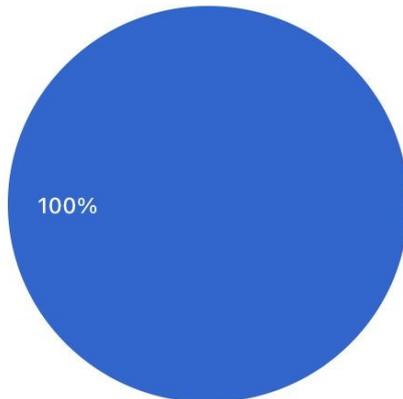
## Anexo III

A enfermagem pode ajudar no atendimento com esses pacientes?

31 respostas



● Sim  
● Não



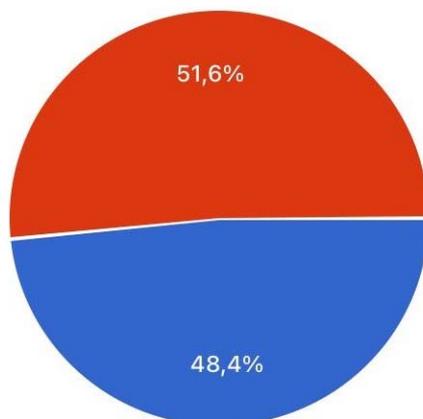
## Anexo IV

Você já trabalhou com crianças e/ou adolescente na psiquiatria?

31 respostas



● Sim  
● Não



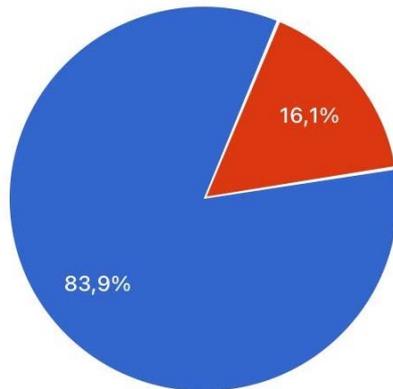
## Anexo V

Você já atendeu crianças e/ou adolescente na área da saúde mental?

31 respostas



● Sim  
● Não



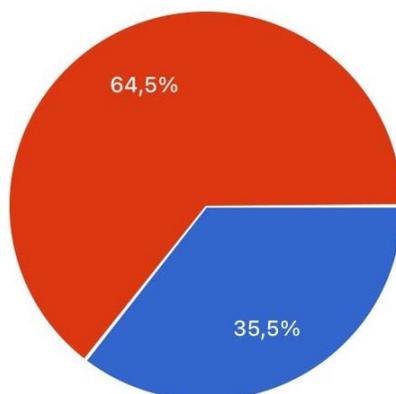
## Anexo VI

Você tem algum parente, criança ou adolescente que sofre com esse problema?

31 respostas



● Sim  
● Não



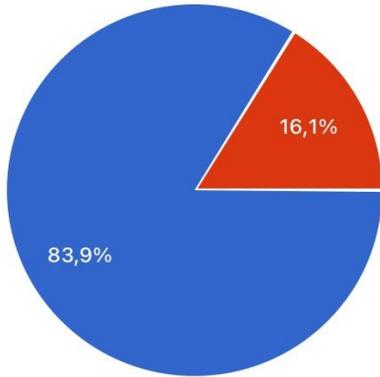
Anexo VII

Na sua opinião, o atendimento com crianças e adolescentes têm sido relevante?

31 respostas



● Sim  
● Não



**Questionário - Papel da Enfermagem**

1. Na sua opinião a enfermagem é importante?  
 Sim  
 Não
  
2. O papel da enfermagem na saúde mental de crianças e adolescentes tem alguma relação com a psiquiatria?  
 Sim  
 Não
  
3. A enfermagem pode ajudar no atendimento com esses pacientes?  
 Sim  
 Não
  
4. Você já trabalhou com crianças e/ou adolescentes na psiquiatria?  
 Sim  
 Não
  
5. Você já atendeu crianças e/ou adolescentes na área da saúde mental?  
 Sim  
 Não
  
6. Você tem algum parente, criança ou adolescente que sofre com esse problema?  
 Sim  
 Não
  
7. Na sua opinião, no Brasil, o atendimento com essas crianças e adolescentes tem sido relevante?  
 Sim  
 Não